



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE FEVEREIRO DE 1984

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Fernando Monteiro do Amaral

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Leonel Santa Rita Pires

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão, às 11 horas e 10 minutos.

Antes da ordem do dia. — O Sr. Deputado Silva Marques (PSD), a propósito de uma declaração política produzida na sessão anterior, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Octávio Cunha (UEDS) — que também formulou um protesto —, Menezes Falcão (CDS) e Portugal da Fonseca (PSD).

O Sr. Deputado Carlos Carvalhas (PCP) criticou a política económica do Governo, referindo em especial a crise que se vive no sector das pequenas e médias empresas. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento e protestos dos Srs. Deputados Antunes da Silva (PSD), Almerindo Marques, Carlos Lage (PS) e Luís Barbosa (CDS).

O Sr. Deputado Jorge Goes (CDS) referiu-se a alguns aspectos relacionados com a aplicação de diversa legislação pela Câmara Municipal de Setúbal relativamente aos seus funcionários.

O Sr. Deputado José Cesário (PSD) abordou alguns problemas com que se debate a juventude de Viseu.

O Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP) referiu-se a problemas com que se debatem os trabalhadores dos organismos desportivos não governamentais e os orientadores escolares e profissionais do Instituto de Orientação Profissional.

Ordem do dia. — A Câmara aprovou a criação das Subcomissões Permanentes de Emigração e para Análise da Problemática da Regionalização da Educação.

Foi discutida e aprovada, na generalidade e na especialidade, a proposta de lei n.º 53/III — Autoriza o Governo, através do Ministério das Finanças e do Plano, a celebrar com o Fonds de Rétablissement du Conseil de l'Europe contratos de empréstimo em moeda estrangeira de valor correspondente a 100 000 000 dólares.

Intervieram, a diverso título (incluindo declarações de voto), além do Sr. Secretário de Estado do Tesouro (António de Almeida), os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), Rúben Raposo (ASDI) e Almerindo Marques (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Agostinho de Jesus Domingues.
Alberto Manuel Avelino.
Almerindo da Silva Marques.
Amadeu Augusto Pires.
Américo Albino da Silva Salteiro.
Aníbal Coelho da Costa.
António Cândido Miranda Macedo.
António Domingues de Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura.
António José Santos Meira.
Avelino Feliciano Martins Rodrigues.
Beatriz Almeida Cal Brandão.
Bento Gonçalves da Cruz.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Edmundo Pedro.
Eurico Faustino Correia.
Ferdinando Lourenço Gouveia.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Fradinho Lopes.
Francisco Augusto Sé Morais Rodrigues.
Francisco Igrejas Cacião.
Francisco Manuel Marcelo Curto.
Frederico Augusto Händel de Oliveira
Gaspar Miranda Teixeira.

Gil da Conceição Palmeira Romão.
 Henrique Aureliano Vieira Gomes.
 Hermínio Martins de Oliveira
 João de Almeida Eliseu.
 João do Nascimento Gama Guerra
 João Luís Duarte Fernandes.
 Joel Maria da Silva Ferro.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Leitão Ribeiro Arenga.
 Jorge Lacão da Costa.
 Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.
 José da Cunha e Sá.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Nunes Ambrósio.
 José Maria Roque Lino.
 José Martins Pires.
 José Maximiano Almeida Leitão.
 Juvenal Baptista Ribeiro.
 Litério da Cruz Monteiro.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Manuel Fontes Orvalho
 Maria Ângela Duarte Correia.
 Maria do Céu Sousa Fernandes.
 Maria da Conceição Pinto Quintas
 Maria Helena Valente Rosa.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Nelson Pereira Ramos.
 Paulo Manuel de Barros Barral.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.
 Rui Monteiro Picciocchi.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Hugo Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Abílio Mesquita Araújo Guedes.
 Adérito Manuel Soares Campos.
 Agostinho Correia Branquinho.
 Amândio S. Domingues Basto Oliveira.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Domingos Duarte Lima.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Jardim Ramos.
 Gaspar de Castro Pacheco.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro
 José Adriano Gago Vitorino.

Joaquim dos Santos Pereira Costa.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Valério do Couto.
 José Augusto Ferreira Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Bento Gonçalves.
 José Luís de Figueiredo Lopes.
 José Mário de Lemos Damíão.
 José Pereira Lopes.
 José Silva Domingos.
 Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Maria Margarida Salema Moura Ribeiro
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Paulo Carvalho Silva.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio Higinio Gonçalves Pereira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço.
 António Guilherme Branco Gonzalez.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Manuel Costa Fernandes.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João António Torrinhas Paulo.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Adalberto Neiva Silveira.
 Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.
 António Gomes de Pinho.
 António José de Castro Bagão Félix.
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.

Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Hernâni Torres Moutinho..
 Horácio Alves Marçal.
 João António de Moraes Silva Leitão
 João Carlos Dias M. Coutinho Lencastre.
 João Gomes de Abreu Lima.
 José Augusto Gama.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Miguel Anacoreta Correia.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Jorge Forte de Goes.
 Narana Sinai Coissoró.

**Movimento Democrático Português (MDP/
 CDE):**

António Monteiro Taborda.
 Helena Cidade Moura.

**Agrupamento Parlamentar da União da Es-
 querda para a Democracia Socialista
 (UEDS):**

António César Gouveia de Oliveira.
 António Poppe Lopes Cardoso.

**Agrupamento Parlamentar da Acção Social-
 -Democrata Independente (ASDI):**

Joaquim Jorge de Magalhães Moia.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Rúben José de Almeida Raposo.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, na última reunião ficaram com a palavra reservada, para produzirem pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Lopes, os Srs. Deputados Carlos Lage e João Fernandes.

O Sr. Deputado Manuel Lopes ainda não está presente mas, mesmo assim, pergunto ao Sr. Deputado Carlos Lage se pretende fazer o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Nessas condições prescindindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Fernandes também ainda não está presente.

Em relação à declaração política feita pelo Sr. Deputado Silva Marques ficaram com a palavra reservada, para pedidos de esclarecimento, os Srs. Deputados Octávio Cunha, Joaquim Miranda, Menezes Falcão, Carlos Lage, Roleira Marinho e Portugal da Fonseca.

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Cunha.

Entretanto, tomaram assento na bancada do Governo os Srs. Secretários de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Vitorino) e do Tesouro (António de Almeida).

O Sr. **Octávio Cunha** (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tivemos ontem ocasião de ouvir uma intervenção do Sr. Deputado Silva Marques sobre o

aumento da criminalidade e da violência que nos parece ter sido uma intervenção característica daquilo que poderíamos chamar um agente conservador.

V. Ex.^a, Sr. Deputado, não procurou encontrar razões e encontrou apenas uma solução para o aumento da criminalidade — ou, pelo menos, foi o que nos pareceu da sua intervenção — que foi o aumento da repressão, ou seja, a criação de condições para que uma melhor repressão possa ser exercida a esse nível.

Parece-nos que a melhor maneira de fechar um ciclo de violência que se instalou não é responder-lhe com mais violência, gerando mais violência ainda. Esta solução parece-nos reveladora de uma falta de imaginação do homem político que é V. Ex.^a de quem deviam partir soluções de solidariedade, e já não falarei de tolerância neste caso particular que apontou, porque a vida de alguns cidadãos está nesta altura em perigo por causa dos actos que foram cometidos.

Mas, Sr. Deputado, o facto é que a situação económica, o caos social que atravessamos, o desemprego, os salários por pagar e a falta de perspectivas de primeiro emprego para os jovens são, para nós, os elementos principais, fundamentais mesmo, onde se devem procurar as causas do aumento da criminalidade e da violência.

A violência nunca surge independentemente do contexto social onde se pratica e a sua análise parece-me, portanto, extremamente superficial.

Um polícia em cada esquina, e muito menos um polícia no subconsciente de cada um de nós, não resolve situação nenhuma, Sr. Deputado. E neste caso entenda-se por polícia a ideia restrita de agente de repressão e não a ideia mais ampla de agente social que ele deveria ser, em nosso entender.

A solução da criminalidade é política, é social, é económica e, em termos mais vastos, do nosso ponto de vista, é essencialmente cultural. Mais: antes de reprimir a torto e a direito, parece-me que é bem mais importante desarmarmos as nossas mentes para vivermos em paz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Silva Marques, V. Ex.^a pretende responder já ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. **Silva Marques** (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. **Joaquim Miranda** (PCP): — Sr. Presidente, vou prescindir do meu pedido de esclarecimento pela seguinte razão: a intervenção produzida ontem pelo Sr. Deputado Silva Marques tinha como interlocutor, clara e evidentemente, o Sr. Ministro da Administração Interna. Ora, o Sr. Ministro hoje não está presente e, portanto, penso que não tem qualquer oportunidade o pedido de esclarecimento que eu pretendia formular.

O Sr. **Presidente**: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Menezes Falcão.

O Sr. **Menezes Falcão** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria pôr algumas questões ao Sr. Deputado Silva Marques a propósito da sua intervenção de ontem que se centrou em dois pontos: em

primeiro lugar, no surto de criminalidade que devassa o País e que se reveste agora de articular intensidade no distrito de Leiria e, em segundo lugar, no problema do Hospital Sub-Regional de Leiria, tal como ele está classificado.

Relativamente ao primeiro caso, quero solidarizar-me com as preocupações do Sr. Deputado Silva Marques e acentuar que, pela nossa parte, nunca vemos justificação para a violência. Entendemos mesmo que às vezes aquilo que poderia ser uma explicação se encontra precisamente naqueles que a não têm. A violência é normalmente praticada por aqueles que estão fora deste circuito, talvez por razões de ordem moral, por razões educacionais ou culturais e relegamos para segundo plano outras razões de que às vezes ouvimos falar.

De qualquer modo, lamentamos que a violência traga consigo males precisamente para aqueles que não têm qualquer culpa da crise que nos atormenta, sendo vítimas dos surtos de violência aqueles que ganham a sua vida a defender a nossa tranquilidade de dia e de noite.

Relativamente ao caso do Hospital Sub-Regional de Leiria, penso que o Sr. Deputado tem toda a razão e queria perguntar-lhe concretamente se tem conhecimento da posição assumida pela Câmara Municipal de Leiria, que se manifestou, em termos muito vivos e concretos, contra o critério adoptado, que relega para segundo plano este hospital, que está inserido numa região fortemente povoada, com milhares de problemas de saúde. E não podemos esquecer ainda os perigos que representam a estrada nacional n.º 1 e a estrada do Leste, causadoras de dezenas ou mesmo centenas de sinistrados. Por tudo isto, penso que é necessária a existência nesta região de uma unidade hospitalar bem dotada, que faça frente a todas as dificuldades que atormentam as populações locais, e que subalternizar o Hospital de Leiria é criar uma situação de manifesta injustiça.

Assim, pretendia saber se o Sr. Deputado tem conhecimento da posição assumida pela Câmara Municipal de Leiria, filiada em manifestações de outros sectores da opinião pública que justificam perfeitamente que contestemos nesta Assembleia o critério que colocaria este hospital nessa situação e reclamamos autoridade moral para pedir ao Governo que atenda a uma situação que é manifestamente injusta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Roleira Marinho ainda não está presente, pelo que dou imediatamente a palavra ao Sr. Deputado Portugal da Fonseca.

O Sr. Portugal da Fonseca (PSD): — Sr. Deputado Silva Marques, congratulo-me com a «pedrada no charco» que V. Ex.^a atirou ontem com a sua intervenção relativamente a duas questões fundamentais que afligem o País.

Contrariamente ao que o Sr. Deputado da UEDS insinuou, não penso que V. Ex.^a tenha centrado a sua intervenção no problema da repressão policial mas sim no problema da prevenção e da segurança de pessoas e bens.

É precisamente nos momentos de crise que a prevenção se deve activar. Por isso estou de acordo com a ideia de que os poderes constituídos procurem, efectivamente, activar essa prevenção e reforçar os meios da polícia para que as pessoas deste país, que na sua generalidade são pessoas de bem, possam viver em paz e com segurança, tanto de si próprias como dos seus bens.

Em segundo lugar, queria referir a «despromoção» dos hospitais regionais com a actual classificação.

Não é só Leiria que está nessa situação, Sr. Deputado, todos os hospitais regionais do nosso país estão extraordinariamente preocupados com a baixa de valência que no futuro irão ter, segundo a nova carta hospitalar.

Refiro-me, por exemplo, a Aveiro, zona de forte concentração populacional, como Leiria, e de intensa actividade industrial, onde as doenças chamadas da civilização estão em franco crescimento.

Neste sentido pergunto-lhe se a diminuição das valências dos hospitais regionais vão ou não trazer sérios inconvenientes às populações das zonas em que os hospitais serão despromovidos e se isso não implicará, contra aquilo que temos defendido, uma maior concentração dos médicos especializados nos hospitais regionais, o que poderá provocar uma ainda maior degradação da saúde pública em diversas regiões do País.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques, para responder.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Agora é que é falar à fartazana!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Os Srs. Deputados do PCP não estão habituados a esta criatividade interna, daí a vossa surpresa!

Risos do PCP.

Espero que evoluam, que vão aproveitando com o meio ambiente!

Relativamente ao Sr. Deputado Octávio Cunha, devo dizer que aquilo que eu disse foi exactamente o contrário daquilo que V. Ex.^a me imputou.

Dos meus apontamentos para a intervenção que fiz ontem vou referir-lhe uma passagem, que por acaso li: «Mas não podemos esquecer que numa sociedade o problema da autoridade é, acima de tudo, uma questão política e moral» — isto apesar de eu admitir que esta questão ainda está insuficientemente caracterizada.

Portanto, aquilo que eu disse ontem foi exactamente o contrário daquilo que V. Ex.^a me imputou hoje.

O Sr. Deputado referiu ainda que tenho falta de imaginação e eu diria que o Sr. Deputado tem falta de ouvidos!

Disse também que sou um agente do poder conservador e eu fico maravilhado com isso porque verifico que V. Ex.^a está convencido que é um agente do poder revolucionário! Se me permite, passo à frente antes que nos encontremos nas barricadas!

Risos.

Relativamente ao Sr. Deputado Joaquim Miranda, aproveito a observação pertinente que ele fez para

situar a questão. Não fiz a minha intervenção a pensar no actual Ministro da Administração Interna ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não, foi no outro!...

O Orador: — Permita-me que seja eu a definir a situação, apesar de não querer impedir V. Ex.^a de fazer a sua definição!

Dizia eu que não fiz a minha intervenção a pensar no actual Ministro da Administração Interna mas sim em todos os Ministros da Administração Interna, tanto do passado como do futuro.

Na verdade, não pensei apenas neles ao fazer a minha intervenção, pensei no Governo, pensei na Assembleia da República e em todos os órgãos detentores do poder político, inclusive no Presidente da República, que fala com tanta facilidade em certos momentos em que não precisava de falar e que fica em silêncio sobre questões fundamentais da Nação, quando a sua voz era necessária para contribuir para a resolução dos problemas nacionais.

Aplausos do PSD.

Portanto, como vê, não estava a pensar, de uma forma particularizada, nem tinha destinatário para a minha intervenção. Aliás, o Sr. Deputado também estava incluído!

Risos do PSD.

Quanto ao Sr. Deputado Menezes Falcão, lembro que referi, embora de passagem, a posição da Câmara Municipal de Leiria, que é merecedora de todo o apoio. Aliás, tenho até um prazer particular em prestar esse apoio à posição da Câmara de Leiria, tanto mais que ela é hoje dirigida, em termos de presidência, por um partido que não é o meu, é o CDS. E penso que terá de ser uma regra de ouro, se quisermos preservar as instituições, o sermos capazes de divergir no momento de divergência, sobretudo no momento eleitoral, e capazes de convergir na altura da convergência, que é a da salvaguarda dos interesses das populações, não só a nível regional como neste caso, mas também a qualquer outro.

Relativamente ao Sr. Deputado Portugal da Fonseca, direi que é grave pensar-se com tanta facilidade em transformar um hospital regional num hospital sub-regional. É que se tal for feito prejudicará drasticamente os interesses reais das populações.

Isso merecia desde já o nosso protesto e a nossa indignação, mas o mais grave é que se trata da expressão de um fenómeno que tem vindo a ser implantado à surrupa, silenciosa e pertinazmente, com laivos de pretensionismo tecnocrático, pelas diferentes repartições que, em nome dos resultados indiscutíveis dos pontos de partida estatísticos, esquecem que um país é, fundamentalmente, gente de carne e osso e não apenas estatística.

Por isso disse que o nosso país tem estado a ser drasticamente prejudicado e, em alguns casos de forma irremediável, por aqueles que, cada um a seu modo e na sua direcção, têm retalhado o País através de uma visão estritamente tecnocrática em nome da solidez das conclusões, mas tantas vezes em razão das conveniências pessoais.

Para além do aspecto gravoso que em termos directos, essas operações constituem para as populações de um local ou de uma região, em termos nacionais, de país, têm tido o seu quê de grave e penalizador para o futuro do nosso país e do seu desenvolvimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Cunha.

O Sr. Octávio Cunha (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Marques: quero antes de mais agradecer-lhe o elogio que me foi feito, tanto mais por ser o primeiro vindo da sua bancada.

O considerar-me revolucionário é algo que me dá bastante prazer, pois não me permitiria, até, atribuir-me esse qualificativo. De facto, revolucionário, para mim, é alguém que não se conforma com o seu dia-a-dia, que põe, diariamente, em causa tudo o que parece feito e construído, é alguém que não se «deita» nas ideias confortáveis já elaboradas. Na verdade, não temos esse hábito.

Relativamente ao que acabou de dizer, volto a insistir no facto de V. Ex.^a ter abordado de uma maneira extremamente superficial um problema muitíssimo importante.

É evidente que temos todo o respeito pelos agentes de segurança e pensamos que eles devem existir e funcionar numa sociedade democrática para defender todos os cidadãos — não os bons ou os maus, mas todos.

Pensamos, porém, que essa defesa passa por uma análise profunda do modo como vivem o seu dia-a-dia, das razões que levam à situação que actualmente atravessamos e que, essa sim, está na origem do aumento da criminalidade.

O Sr. Presidente: — Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Quero apenas dizer ao Sr. Octávio Cunha que, sem retirar legitimidade ao auto-elogio de revolucionário acabado de fazer, não malbarato os meus elogios.

Não o elogiei, Sr. Deputado! V. Ex.^a é que o deduziu, mas mal. Não disse que era um revolucionário mas sim que estava convencido de o ser.

Não malbarato os meus elogios. Que ao menos, nesta matéria não promovamos a inflação que é já tão grande em matéria de moeda.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trazemos hoje à Assembleia da República alguns dos grandes problemas, preocupações e anseios dos comerciantes e industriais duramente atingidos pela política deste Governo. Industriais de vários ramos consideram estarem a viver o pior momento desde 1974. Na indústria de plásticos, por exemplo, 400 empresas estão com gravíssimas dificuldades de tesouraria; na indústria de material eléctrico o panorama é idêntico; na indústria de colas, só no ano passado faliram 50 % das empresas, na construção civil há centenas de unidades em ruptura financeira, na me-

talomecânica pesada a queda de encomendas é vertical aumentando a não utilização das capacidades produtivas instaladas. E tudo isto a somar às agudíssimas crises da indústria vidreira, têxtil laneira e construção naval. A bola de neve das falências e do agravamento da situação financeira dos pequenos e médios empresários cresce dia após dia.

A deterioração do nível de vida dos trabalhadores e do povo em geral — aumento de impostos, redução dos salários reais, não pagamento de salários — tem reduzido drasticamente o consumo popular e o mercado interno. As graves consequências no plano social e económico são conhecidas. Só no distrito de Lisboa, as vendas de Natal sofreram quebras da ordem dos 30 % a 40 %, conforme os ramos. A maioria das empresas comerciais não têm sequer possibilidades de repor os *stocks* no princípio deste ano.

Com a redução drástica do consumo popular e o não escoamento dos produtos, as encomendas à indústria naval e nacional sofrem quebras acentuadas agravando ainda mais os problemas de tesouraria. As pequenas e médias empresas encontram-se assim cada vez mais apertadas pela tenaz da recessão económica e financeira. De um lado, as grandes empresas nacionais e multinacionais que não só protelam os pagamentos, como impõem as suas condições: a compra de quantidades mínimas, abaixo das quais se recusam a vender, o que obriga à aquisição de matérias-primas e bens, superiores às necessidades e à mobilização de capital e do outro lado, a população sem dinheiro e sem salários que se vê obrigada a reduzir o consumo em muitos casos para além mesmo do mínimo de subsistência.

É uma situação dramática, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo, à custa da economia do País, dos sofrimentos da população e da ruína das pequenas e médias empresas conduz uma verdadeira cruzada de espoliação ao serviço do grande capital que tal como os abutres se lança sobre os espólios das empresas e sectores mais rentáveis. É um verdadeiro «fartar vilanagem» na reconstituição dos grupos económicos, das fortunas e privilégios. Aumenta as taxas de juro, desvaloriza o escudo, corta o crédito, reduz o investimento e o poder de compra das «classes mais desfavorecidas», estimulando assim as actividades subterrâneas, parasitárias e especulativas, aquelas cujas margens de lucro são bem superiores às taxas de juro e da inflação. Ao mesmo tempo, penaliza e liquida as empresas produtivas, nomeadamente, as pequenas e médias empresas. A travagem do motor da economia é de tal ordem que a sua paragem se aproxima, havendo já muitos que duvidam que o mesmo se venha a ligar em tempo útil ...

De facto a recessão é tão aguda que a banca já nem sequer consegue atingir os apertados limites de crédito que lhe são impostos. O crédito que concede é inferior aos «tectos» que lhe são fixados. Não se realizam praticamente novas operações! Em Setembro do ano passado a diferença entre o crédito concedido e o que a banca estava autorizada a conceder foi de cerca de 8 milhões de contos e, no último trimestre, a diferença ainda foi maior!! Não se pode compreender esta situação, senhores deputados, num país atrasado, pobre e com carências de toda a ordem! Mas o desregulamento não fica por aqui.

O aumento de preços e de custos acelera-se, de tal maneira que (na lógica dos monetaristas) mesmo antes

dos novos aumentos dos combustíveis e da electricidade, já se falava em nova desvalorização do escudo e em novos aumentos das taxas de juro ...

Ao ciclo vicioso dos arranques e travagens, com a consequente liquidação do aparelho produtivo nacional, segue-se-lhe o ciclo do aumento de preços e da desvalorização do escudo. E tudo isto a pretexto da redução do défice da balança de transacções correntes, cuja diminuição conjuntural, pela qual o Governo toca trombetas, não passa de um «êxito» pelo descabro, como aliás é hoje reconhecido por economistas e técnicos de vários quadrantes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O desastre económico em todos os sectores de actividade é uma realidade. Não se dinamiza o investimento produtivo. Passaram há muito os 180 dias, prazo a que o Governo se tinha obrigado para tomar uma decisão sobre os grandes investimentos, e nada. Mantém-se tudo na gaveta ou na indecisão.

Se não se toma uma posição clara como podem as empresas organizar e planear a sua produção e aprovisionamento? No entanto a organização e planeamento deviam ser, nomeadamente na actual conjuntura, 2 factores da maior importância, como aliás reconhece e publicamente o afirma um deputado do PS.

Por outro lado, se não se aproveitam os nossos recursos como se desenvolve o País? Que fazem as empresas da construção civil e obras públicas se praticamente nenhuma obra nova é lançada em 1984? E estes secotres quantas actividades complementares não arrastariam a montante e a jusante?

Sem qualquer coordenação entre a política orçamental e a política de desenvolvimento, esta política cegamente restritiva é um autêntico rolo compressor do esmagamento da pequena e média empresa, nomeadamente das empresas produtivas rentáveis, económica e socialmente úteis. E isto em proveito exclusivo das actividades especulativas do grande capital e das multinacionais, que assim ficam com o campo livre e com o domínio dos mercados. É aliás a esta fracção ultraminoritária e só a esta, que quer o Governo, quer Mota Pinto, quer o presidente da CIP e da CCP têm em mente, quando se referem à iniciativa privada. Neste aspecto a política do Governo não deixa margem para dúvidas. Recorde-se que nas grandes opções para o Plano de 1984 o Governo não expressava qualquer política de apoio às PME's, nem sequer lhes fazia qualquer referência quando tratava de aspectos tão relevantes para a vida económica do País, como a política de investimentos, a política de apoio à exportação e do emprego, a política de desenvolvimento regional! É sintomático e escandaloso, senhores deputados.

É sintomático que, por exemplo, dizendo o Governo ir apoiar as pequenas e médias empresas através das chamadas empresas de investigação e desenvolvimento, apoie na prática, com os dinheiros e recursos públicos, como se está a verificar, o fortalecimento de grandes empresas industriais, núcleos centrais de futuros monopólios. É sintomático que o Governo continue a escamotear os escândalos como o do financiamento a médio prazo de centenas de milhares de contos, feita pela banca nacionalizada à Mello-Deush-Morgan e a outra empresa similar, a juros de 28 % quando qualquer empresário os pagaria a 31 % e mais!

É sintomático e escandaloso que com a anuência do Governo a Caixa Geral de Depósitos tenha tomado meio milhão de contos de obrigações da Sociedade de Investimentos Portuguesa do Sr. Santos Silva num claro financiamento especial a juros bonificados.

Mas enquanto os favores se multiplicam ao grande capital, para as PME's é o corte de crédito, a penhora, o protesto de letras, a falência quando há atrasos e apertos.

No entanto, com todo o descaramento ainda há poucos dias o Ministro das Finanças referia, no Instituto de Altos Estudos Militares, que a salvação da economia estava no primado e na superioridade da iniciativa privada, acrescentando que as empresas economicamente inviáveis teriam de ser eliminadas! Eliminadas estão a ser as empresas não especulativas embora rentáveis e económica e socialmente úteis.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo pode dizer o contrário, mas na prática, é o verdadeiro coveiro da esmagadora maioria da iniciativa privada portuguesa — a pequena e média empresa comercial e industrial. Sejam claros. O Governo não está a salvar a economia, está sim a salvar o grande capital! Senão vejamos:

Empresários reclamam a diversificação das relações económicas externas. E como responde o Governo? Com a insistência, sem brio, nem dignidade patriótica, no ruinoso projecto de integração de Portugal na CEE, verdadeiro tratado de Meetwen do século xx. E, perante as dificuldades, o Primeiro-Ministro ameaça com a adesão de Portugal aos Estados Unidos e ao Japão ... O ridículo e a indignidade nacional têm limites.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os empresários — veja-se a reunião do Buçaco — reclamam uma verdadeira política de cooperação com os países africanos de língua portuguesa. O Governo responde com a colaboração nos projectos do imperialismo norte-americano contra estes países, continuando a permitir em território nacional as actividades contra-revolucionárias de grupelhos fantoches, prejudicando gravemente os interesses nacionais e as relações de amizade e cooperação com os estados africanos de língua portuguesa. Portugal é, assim, pela actuação do Governo, afastado de projectos rentáveis e mutuamente vantajosos.

Mas em contrapartida e também em nome da austeridade e da 4.^a das 100 medidas do PS que diz, textualmente: «Rigorous controle das viagens ao estrangeiro dos titulares dos órgãos de soberania», o Primeiro-Ministro viaja-se pela Grécia, Argentina, Suíça sem que se vislumbre qualquer cooperação vantajosa. E, por sua vez, o Vice-Primeiro-Ministro, que nisto de viagens — talvez seja o síndrome da locomotiva — e não só não pretende ficar atrás, passeia-se por Macau, Canadá, RFA e EUA e prontifica-se, a troco de uns míseros dólares e de material de guerra obsoleto, a alienar a independência nacional, a paz e a segurança dos Portugueses ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Os empresários exigem créditos mais barato e acessível e o Governo eleva as taxas de juro e abre a banca ao grande capital que não só irá restringir o crédito às PME's como distorcer as regras do mercado pelo compadrio em relação às empresas associadas dos respectivos bancos privados.

Os empresários reclamam o aumento de investimento, as reformas de estrutura, a modernização da economia. O Governo, não só castra o investimento como, pela voz de Mota Pinto, responde alto e bom som, o que entende por reformas de estrutura: a alienação das participações do Estado, a venda ao desbarato das empresas do IPE, a entrega de mais indemnizações aos ex-monopolistas!!!

O que está em causa não é pois a dinamização da economia, a inovação tecnológica, o aproveitamento dos nossos recursos e energias internas, a elevação do nível de gestão empresarial, a formação profissional, o redimensionamento de muitas empresas industriais, o aproveitamento das capacidades produtivas instaladas e não utilizadas, o adensamento e fecho da malha industrial permitindo uma efectiva coordenação inter-industrial e uma estreita interligação da indústria e da agricultura. Não, para o Governo o que está em causa não é a eficiência, a modernização, o melhoramento das condições de vida dos Portugueses, mas sim a transferência da propriedade das empresas, dos recursos públicos para o grande capital e o esmagamento das PME's que sejam estorvo à reconstituição dos grupos económicos.

As reclamações dos pequenos e médios empresários o Governo responde com mais impostos, novas rendas e menos crédito. Por isso não é de estranhar que sejam cada vez mais largos os sectores democráticos e patrióticos que exigem como imperativo nacional uma nova política e um novo governo. O desenvolvimento da situação confirma plenamente a justeza da proposta de um Governo democrático de salvação nacional para substituir o governo Soares-Mota Pinto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como concluía o Comité Central do PCP «a democracia dispõe de potencialidades e forças numerosas que serão invencíveis se optarem decididamente pelo caminho da unidade e da luta». É nossa convicção profunda que o Portugal de Abril triunfará e, nesse Portugal de Abril os pequenos e médios empresários terão o lugar que com este Governo e com esta política não encontram.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedirem esclarecimentos inscreveram-se os seguintes Srs. Deputados: Antunes da Silva, Almerindo Marques e Carlos Lage.

Tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes Silva (PSD): — Sr. Presidente, mais que um pedido de esclarecimento gostaria de fazer um protesto relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Deputado Carlos Carvalhas tem todo o direito de aqui fazer as apreciações que entender relativamente à actuação dos membros do Governo.

No entanto, não posso deixar de protestar quanto à forma como o faz e penso que o direito que lhe assiste deve também levá-lo a fazer as suas intervenções com um pouco mais de nível.

O Sr. Deputado vem para aqui dizer que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Vice-Primeiro-Ministro passeiam, vendendo a independência. Porém, e nomeadamente quanto ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro, já ontem ficou bem demonstrado que a deslocação referida foi uma forma concreta de defender os interesses nacionais. Não é, com certeza, o entendimento do Sr. Deputado que os interesses do nosso país se defendem «intra-muros». Mas se esses membros do Governo, ou quaisquer outros, se dirigissem para outras zonas do globo, será que o Sr. Deputado não pensaria já que se tratava de defender a independência e os interesses do nosso país?

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para protestar, tem a palavra o Sr. Deputado Almerindo Marques.

O Sr. Almerindo Marques (PS): — São só 3 notas, as quais apresentarei como protesto.

A primeira é que o Partido Comunista, no seu legítimo papel de partido da oposição, tem legitimidade para fazer as críticas que muito bem entender ao Executivo. Mas sem ser numa atitude conselheira, dir-lhe-ei, apenas, que tem de o fazer com a razoabilidade, clareza e fundamentação devidas, sem o que, cada vez menos, será levada a sério a atitude crítica que vai fazendo.

Em relação às questões económicas, dir-lhe-ei que o ouvi em parte, uma vez que estava ausente quando iniciou a sua intervenção, mas em relação ao que ouvi, não chega. Como já foi demonstrado em várias discussões nesta Assembleia, não chega fazer um repatório de situações e dificuldades. O importante é que o Partido Comunista apresente ao Plenário e aos Portugueses o seu projecto e a viabilidade do mesmo. É sobretudo ao sufrágio que se deve apresentar, para ver se os Portugueses aceitam o seu projecto.

A última pergunta refere-se ao facto de podermos falar de governo de salvação nacional, de governos mais ou menos apostos ou continuados, assim classificados pelo Partido Comunista. Mas o importante é, mais uma vez, saber que governo seria esse. Pergunto, por ironia, se seria um governo constituído com a presença do Sr. Secretário-Geral do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, que daria lugar à classificação de governo democrático de salvação nacional. Seria só isto, ou seriam mais coisas? E que coisas seriam?

O Partido Comunista deve apresentar o que pretende para esse governo de salvação nacional. Eu fico ciente que os Portugueses, mais uma vez, o rejeitariam!

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas acaba de pintar um quadro da situação económica em tons carregados, como é característico do seu estilo de intervenção. Não ignoramos que a situação

é má e precária e que alguns dados da situação económica são alarmantes, mas o Sr. Deputado Carlos Carvalhas quer atribuir ao actual Governo, e em particular ao Partido Socialista, responsabilidades por uma situação que, como o Sr. Deputado sabe, tem causas estruturais profundas em raízes da nossa história económica de há longas décadas.

Por conseguinte, a sua análise de ataque puro e simples é marcadamente superficial. Além disso, o Sr. Deputado acaba por nos pretender lançar numa antinomia que rejeitamos. Ou seja, rejeitamos que a panaceia para a solução dos nossos problemas económicos seja um liberalismo acelerado e selvagem, como alguns sectores da sociedade portuguesa parecem pretender recomendar, mas também rejeitamos o estatismo a que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas se agarra e uma certa exaltação de formas de organização económica que, em muitos casos, do ponto de vista técnico, se têm revelado ineficazes.

Logó, essa sua fixação a um estatismo puro e simples e a exaltação de tudo o que é sector público, que é estatal, não nos parece conter um princípio de solução para os nossos problemas. Nós mantemo-nos numa posição de equilíbrio entre a defesa de um sector público racionalizado e uma abertura da nossa economia, uma maior eficiência e racionalidade.

Relativamente aos problemas existentes no momento actual, nomeadamente os da inflação e desemprego, que são preocupantes, já há alguns sintomas animadores, na vida económica portuguesa, como seja a recuperação de transacções correntes, que é um condicionante fundamental da nossa política económica e da nossa economia, que é preciso ter em causa.

Não quero deixar de lhe fazer também uma crítica aos seus pontos de vista sobre as pretensões do actual Governo. A submissão ao imperialismo, a reconstrução do capital monopolista, etc., são mitos que se alimentam de um certo vazio de pensamento e de perspectiva da sua bancada, relativamente à política nacional. Não há, no Partido Socialista nem no Governo, qualquer intenção de nos sujeitarmos a imperialismos. E nessa matéria, como é evidente, não recebemos lições do Partido Comunista, cujas ligações a outros imperialismos são por de mais conhecidas.

Finalmente, refiro que é de muito mau gosto fazer caricaturas das viagens ministeriais no tom em que o senhor as fez. Os Ministros e em particular o Sr. Primeiro-Ministro têm de viajar no mundo de contactos intensos em que vivemos. O tempo dos governos se fecharem já acabou, mesmo para os governos do Leste da Europa.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Ouvi o Sr. Deputado Carlos Carvalhas e não posso deixar de lhe dar razão em muitos aspectos, embora, depois como é habitual, tivesse derivado para alguns *slogans* que são peculiares do seu partido, o que lhe envieza o raciocínio e lhe pouca as verdadeiras afirmações que fez.

Mas num momento em que qualquer partido nesta Assembleia não se pode esquivar às suas responsabilidades, porque já passou, directa ou indirectamente,

pelo Governo durante os últimos anos, temos de reconhecer que este sistema económico, baseado numa estrutura defeituosa — anterior ao 25 de Abril, mas forjado principalmente durante o governo de Vasco Gonçalves —, hoje, se pode considerar pura e simplesmente inviável para as grandes, pequenas e médias empresas e para a economia em geral.

Algumas actividades especulativas salvam-se no meio disso, como sempre é peculiar nestas situações, mas julgo que é fundamental reconhecer — e gostaria de saber se o Sr. Deputado pensa assim, ou não — que esse sistema económico, tal como está concebido nesta altura, é pura e simplesmente inviável. Daí resulta os trabalhadores não receberem salários e um rol enorme de desgraças que referiu e existem efectivamente. Mas a raiz profunda é que esta Assembleia reviu uma parte da Constituição, mas não teve a coragem de a rever até ao fim, realisticamente.

Assim, agora confrontamo-nos com prejuízos e uma dívida pública clandestina perfeitamente insuportável e temos de prestar contas ao Fundo Monetário Internacional por não se ter informado correctamente, até hoje, sobre qual era a verdadeira dívida pública portuguesa, porque uma grande parte dela estava contida nos prejuízos das empresas públicas.

Quando se está confrontado com isto tem de se começar a repensar se, afinal, a revisão constitucional que se fez há pouco tempo estava certa ou errada. É isto que efectivamente temos de reconhecer. E já todos temos uma certa parcela de culpa. De uma forma ou de outra, talvez tivéssemos transigido de mais com a gestão de um modelo económico, que é perfeitamente inviável e que está a trazer aos Portugueses, dia após dia, uma angústia que é inaceitável e que nem sequer pode encontrar razão suficiente na crise internacional que existe. Uma grande parte da crise é nossa, da nossa falta de cabeça e de clarividência. E se queremos fazer alguma coisa pelo nosso país, temos de reconhecer isso.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Em relação ao primeiro protesto, pergunto se o PSD ficou muito ofendido com as informações que dei em relação ao Vice-Primeiro-Ministro Mota Pinto. É que não sou só eu que digo, é o Governo, é o próprio Ministro da Indústria, que diz que andam para aí a vender o País aos retalhos!... Depois, é conhecida também — é a própria imprensa alemã que o diz — a viagem de Mota Pinto à República Federal da Alemanha, na qual foi oferecer a Base de Beja, Porto Santo, os Açores e outras bases, em relação ao domínio militar e económico, no que não foi bem sucedido. É conhecida a sua viagem aos Estados Unidos, e sabemos todas as pretensões que se têm colocado a esse país para obter uns míseros dólares de material obsoleto.

Em relação ao Sr. Deputado Almerindo Marques, que disse que a minha intervenção não tinha fundamentação — a verdade é que chegou atrasado, puxou de um papel e atirou meia dúzia de argumentos, referindo, nomeadamente, falta de clareza —, respondendo que apresentei aqui factos muito concretos, como o financiamento da banca nacionalizada à Mello-Deush-Morgan com juros bonificados. E seria bom que o Governo não escamoteasse esta situação.

Denunciei outro facto muito concreto, ou seja, enquanto para os pequenos e médios empresários não há crédito, o que leva à falência e à penhora, há um financiamento feito pela Caixa Geral de Depósitos à Sociedade Portuguesa de Investimentos, ao Sr. Santos Silva, com o apoio do Governo, mais concretamente da Secretaria de Estado do Tesouro, em que num despacho se diz: «Tome-se meio milhão de obrigações que são bonificadas a menos de 2,5 %.» Ora, estes factos são muito concretos e não são superficialidades.

Depois pergunta-me como seria um governo democrático de salvação nacional. Um governo democrático de salvação nacional é um governo que estaria com o povo e com a independência nacional, para resolver os problemas do povo e desenvolver a economia, e não para reconstituir os monopólios e alienar a independência nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E este governo democrático de salvação nacional impor-se-á mais cedo do que o Sr. Deputado pensa, porque é grave a crise que esta coligação está a gerar no País. Verão que, a breve trecho, a vossa coligação — que já é um farrapo de coligação! — dará azo a uma nova alternativa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Carlos Lage disse que o meu estilo é catastrófico, mas depois acabou por dizer que a situação é, de facto, muito má.

Portanto, concluo que o meu estilo estava adaptado à situação. Seguidamente afirmou que a causa da crise da economia já vem desde há décadas, quase desde a fundação de Portugal, que é uma crise estrutural. Mas, então, este «estrutural» é um termo tal que dá para o Sr. Mota Pinto dizer que reformar estruturas significa alienar as participações do Estado e entregar a banca ao grande capital? Não sei o que são as reformas de estrutura para o PS!

Mas, se a crise já vem de governos anteriores, vem de facto, da política do PS desde 1976, da política do PS sozinho, da política do PS com o CDS e, agora, da política da AD e da AD incluída no Governo pelo PS.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É a continuação da política da AD. Qual é a diferença? Indique-me uma diferença existente entre a vossa política e a política da AD.

Depois o Sr. Deputado Carlos Lage disse que, todavia, o PS não está aqui para abrir as comportas ao grande capital. Sr. Deputado, quer que lhe recorde afirmações produzidas por si, pelo Sr. Deputado Vítor Constâncio, por um conjunto de deputados que aqui estão e, inclusivamente, pelo Sr. Primeiro-Ministro, no ano passado? Quem é que está a abrir a banca ao grande capital? E a vergonha da EPAC, ou já se esqueceu daquilo que disse no ano passado?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Para que serve a EPAC? É para proteger os pequenos e médios empresários — e a AGA

e o IAPO? —, ou é uma negociata de 160 milhões de contos? O decoro também é importante, Sr. Deputado, sobretudo quando se fazem certas afirmações.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão do liberalismo, o Sr. Deputado leu os *Diários da República* desta última semana? O Sr. Deputado reparou no conjunto de preços que são liberalizados, que constituem quase uma folha dos ditos *Diários*? Depois deste aumento de preços, daqui por uns dias irão aumentar os custos e as taxas de juros e irá registar-se uma nova desvalorização do escudo. Quem é que isto favorece? Quem é que ganha com a inflação? São os pequenos e médios empresários, são os trabalhadores, são as camadas médias, ou é o grande capital? Objectivamente, que política é esta senão a política ao serviço do grande capital?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Luís Barbosa, compreendemos perfeitamente as suas saudades do modelo económico de 24 de Abril e dos monopólios. É uma intervenção coerente. O Sr. Deputado disse que eu tinha razão nas afirmações e nas denúncias que produzi, mas afirmou que a culpa é de todos nós, porque não temos cabeça, não se conhece concretamente qual é dívida externa, e concluiu dizendo que o modelo é que é inviável. Mas, Sr. Deputado, qual é o modelo viável: o modelo dos Melos, dos Champallimaud, dos Espírito Santo? Esses modelos, que nos levaram à cauda da Europa e à guerra colonial, é que eram viáveis? Era o salazarismo e o marcelismo, a repressão, a fome e a miséria que eram viáveis?

É esta política de reconstituição dos grupos económicos que nos está a levar efectivamente ao desastre económico. É a reconstituição dos privilégios e das fortunas, são as grandes indemnizações! A crise tem as costas largas: há crise para não se aumentarem os salários dos trabalhadores e os vencimentos dos trabalhadores da função pública, para não se pagarem os salários aos trabalhadores e para não se avançar com o investimento produtivo; mas, simultaneamente, não há crise para se darem grandes e chorudas indemnizações, para se fazerem as negociatas da Sociedade Portuguesa de Investidores e da Mello-Deush-Morgan, para outros financiamentos — que o Sr. Deputado conhece muito bem — e para outras negociatas que, a tempo e horas, aqui serão trazidas à Assembleia da República.

Esperamos pela vossa interpelação, mas, de facto, o CDS continua fiel à saudade do 24 de Abril e à constituição dos monopólios.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Almerindo Marques pediu a palavra, mas, uma vez que formulou um protesto e a resposta que foi dada constitui um contra-protesto, não lha posso conceder, seja qual for a figura regimental que pretenda utilizar.

Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, na sua intervenção havia alguma coisa de Carlos Carvalhas e alguma coisa do PCP. Na resposta que deu ao meu pedido de esclarecimento, respondeu-

-me apenas o PCP, já não houve nada de Carlos Carvalhas e peço desculpa mas não estou na disposição de dialogar nesses termos com o PCP. Com o Sr. Deputado Carlos Carvalhas, quando quiser usar da sua própria cabeça, tenho muito prazer em dialogar. Agora, com o PCP, com os *slogans* habituais, já estou cansado de dialogar e — peço desculpa — tenho mais que fazer do que gastar o meu tempo dessa maneira.

Risos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, creio que tem muita dificuldade em dialogar com o Governo e com os deputados do PS, porque se fecha numa visão maniqueísta da vida portuguesa e numa visão maniqueísta entre o certo e o errado.

Para o Sr. Deputado, tudo o que vem do Governo e do PS está errado e tudo aquilo que o PCP propõe está certo. Aliás, invocou aqui os dons proféticos do Comité Central do Partido Comunista Português, que já tinha demonstrado a justeza da necessidade de um governo de salvação nacional, como se possuísse uma capacidade adivinhatória perfeitamente inatacável e incompreensível para o cidadão comum.

Mas, em resposta ao Sr. Deputado Almerindo Marques, o Sr. Deputado acaba por nos dizer, sobre esse governo de salvação nacional, que o que interessa é o conteúdo: ser eficiente, não vender o País, conseguir a salvação nacional. No entanto, não se referiu à forma e penso que é relativamente à forma que o Sr. Deputado Almerindo Marques e todos nós lhe colocamos problemas. Aliás, tenho fundados receios que a forma que o Sr. Deputado recomenda — um governo de salvação nacional — seja uma forma não democrática.

Quanto ao problema da crise estrutural, todos nós sabemos o que ela é. Mas, se quiser que lha traduza na linguagem do marxismo-leninismo, na qual parece ser um especialista, dir-lhe-ei que a crise estrutural significa, mais ou menos, que as forças produtivas do nosso país são bastante débeis. Talvez compreenda esta linguagem!

São forças produtivas débeis e, na crise actual da economia mundial num país pequeno como o nosso, é difícil, em pouco tempo, por um lado vencer uma crise estrutural e, por outro lado, superar a debilidade dessas forças produtivas.

Essa é realmente uma tarefa histórica, não só para o PS, mas também para todo o povo português. Não somos demagogos e estamos convencidos de que estamos a dar uma contribuição para isso, ainda que, quanto à política conjuntural, nós, deputados socialistas — e eu em particular —, tenhamos algumas reticências.

Coloco reticências relativamente a alguns aspectos de liberalização dos preços e quanto à forma como a questão da EPAC está a ser tratada, mas, no essencial, acho que certos aspectos da política económica estão correctos e que outros, se não estão inteiramente correctos, são susceptíveis de serem corrigidos.

Não era possível prever, quando algumas medidas económicas foram tomadas, o impacto e os efeitos dessa política e dessas medidas. E, naquilo em que se regis-

tam excessos, podem perfeitamente introduzir-se as correcções necessárias.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Em primeiro lugar, vou responder ao Sr. Deputado do CDS, apesar de não saber se estou a falar com a linha oficial ou com a linha não oficial desse partido.

Sr. Deputado Luís Barbosa, quando falo aqui, falo em nome do PCP. Mas se quer entrar nas questões concretas, apesar de ter afirmado que tem pouco tempo e que não está disposto a perder muito tempo — é evidente que é preciso tempo para fazer os negócios, que são coisas complexas —, coloco-lhe a seguinte questão, uma vez que o Sr. Deputado esteve no Governo e aumentou as taxas de juro: está de acordo com estas taxas de juro, está de acordo com a sua sistemática elevação?

O Sr. Deputado não compreende — e parece-me que o sabe perfeitamente — que o aumento das taxas de juro vai conduzir ao aumento de custos e de preços e à desvalorização do escudo, simultaneamente acompanhado dos arranques e travagens, do chamado *stop and go*, continuando sempre neste ciclo vicioso, que é muito do estilo do PS. E tudo isto para continuarmos a fazer o quê, a destruir o aparelho produtivo? Não é esta a situação? Tendo estado no Governo, o Sr. Deputado está de acordo com isso? o Sr. Deputado acha que estas situações não são concretas, acha que isto são *slogans*?

Em relação ao Sr. Deputado Carlos Lage, sublinho as reticências. Tem reticências em relação à EPAC, em relação à liberalização dos preços e, certamente, também em relação à abertura da banca ao sector privado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Não tenho nenhuma!

O Orador: — Já perdeu as reticências! Então, em relação à banca, não tem reticências nenhuma.

Depois, o Sr. Deputado questiona o meu conceito de debilidade estrutural. Debilidade estrutural é a debilidade das forças produtivas. E, contra isso, desde 1976, o PS e o Governo têm aumentado o investimento? Vê-se claramente que não, Sr. Deputado! A sua utilização das capacidades produtivas instaladas em relação aos bens de investimento é de 69 %, a mais baixa que registou após o 25 de Abril. O Sr. Deputado dá-se conta desta situação. Pergunte ao Sr. Secretário de Estado do Tesouro — que, neste momento, não se encontra presente, mas que há-de chegar daqui a pouco — se não se verifica esta situação.

Fixaram-se limites de crédito para a banca, que nem sequer estão a ser utilizados porque não chegam. Isto é, o crédito que é concedido nem sequer atinge os tectos que foram estabelecidos pelo Governo. O Sr. Deputado tem consciência desta crise? Acha que isto é que é uma política económica? Onde é que está o aproveitamento dos nossos recursos e energias internas?

Desenvolvem-se as forças produtivas com o que se está a fazer em relação à reforma agrária, com o não aproveitamento do ferro de Moncorvo e das pirites do Alentejo? ...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, evidentemente que uma discussão a sério nesta matéria nos levaria, quer a mim quer a si, a muito mais do que estes curtos minutos. Mas, se é certo que há uma retracção considerável no investimento, não acha possível, dentro de pouco tempo, reanimar esse mesmo investimento e, por conseguinte, a situação que está a qualificar não é susceptível de medidas que a possam melhorar?

Evidentemente que, como o Sr. Deputado sabe, a retracção do investimento e da própria procura interna deveu-se à necessidade de combater um défice da balança de transacções correntes verdadeiramente astronómico. Esse foi o caminho que foi seguido. O Sr. Deputado tem outros métodos para isso, mas esses métodos, que já algumas vezes aqui foram aflo-rados, não são realistas nem funcionam.

O Orador: — O Sr. Deputado Carlos Lage sabe perfeitamente que isso é falso. Até porque os senhores já o praticaram: restringiram o investimento e a actividade produtiva e reduziram conjunturalmente o défice, porque é fácil economizar nestes termos — um indivíduo que se encontra em estado de coma não consome. A economia está num estado letárgico. Se atentarmos nesta redução do défice da balança de transacções corrente — que é um «sucesso» pelo descalabro conjuntural —, logo que o Governo queira aumentar o investimento e a produção, o que aparece de novo são os défices, porque entretanto não estão a ser operadas quaisquer mudanças em relação ao aparelho produtivo, à produção nacional de produtos importados e ao aproveitamento dos nossos recursos e energias internas.

Porque, pelo contrário, tudo o que se passa neste momento no Governo, como ponto central, não é a modernização da economia, o redimensionamento das empresas e a formação profissional, mas a transferência de propriedade, a alienação das participações do Estado no IPE, a abertura da banca ao sector nacionalizado e as indemnizações aos grandes capitalistas e agrários. Esta é que é a preocupação central.

E a quem se faz pagar a factura desta desregulação do aparelho produtivo? Aos trabalhadores, mas como estes já não chegam porque a factura é muito grande, às camadas médias, aos camponeses, aos pequenos e médios empresários e aos quadros técnicos. Esta é que é a situação real.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um requerimento, subscrito por deputados do CDS, do seguinte teor:

Nos termos do artigo 84.º do Regimento da Assembleia da República, os deputados abaixo assinados requerem a V. Ex.ª o prolongamento do período de antes da ordem do dia.

Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Queria, entretanto, chamar a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que este Plenário tem recebido, com satisfação, a visita de alunos e professores das nossas escolas. As suas presenças são manifestações claras do interesse que a actividade política desperta na nossa juventude e esta Câmara, que é o eixo fundamental da movimentação política do nosso país, recebe com especial agrado estas visitas.

O Plenário está hoje admiravelmente emoldurado com a presença de 66 alunos e 4 professores da Escola Secundária de Almada, 50 alunos da Escola Secundária de Sá da Bandeira, Santarém, e 44 alunos e 1 professor da Escola Secundária de Santa Maria, Sintra.

Agradeço, Srs. Deputados, que, da forma habitual, saudemos estes alunos e professores com uma salva de palmas.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Goes.

O Sr. Jorge Goes (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deputado do CDS pelo círculo de Setúbal, gostaria de trazer ao conhecimento desta Câmara uma matéria que, sendo do âmbito local tem, todavia, reflexos bem mais amplos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Lei n.º 37/83, de 21 de Outubro, criou um imposto extraordinário sobre os rendimentos colectáveis sujeitos a contribuição predial, imposto de capitais e imposto profissional.

Nos termos do n.º 3, alínea c), do artigo 1.º, em conjugação com a alínea d) do artigo 3.º, ambos do citado diploma, as remunerações certas e permanentes respeitantes aos meses de Janeiro a Setembro de 1983, dos funcionários e agentes das autarquias locais, foram colectados em 2,8 %.

Resulta do n.º 4 do artigo 4.º da mesma lei que, no caso dos funcionários e agentes das autarquias locais, a dedução do montante do imposto devido seria efectuada nas respectivas folhas de abono respeitantes ao mês de Novembro, devendo ser entregue pelas respectivas entidades processadoras, ou seja, pelas autarquias locais, entre 15 de Novembro a 22 de Dezembro, na repartição de finanças correspondente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um semanário noticiou recentemente que a Câmara Municipal de Setúbal, de maioria APU, tendo procedido ao desconto do imposto criado pela Lei n.º 37/83, de 21 de Outubro, não entregou todavia, nos prazos previstos, a quantia arrecadada na respectiva repartição de finanças.

Tal notícia não foi objecto de qualquer desmentido ou, sequer, de um esclarecimento. E corresponde, aliás, a rumores no mesmo sentido que, em volume crescente, circulam na cidade de Setúbal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal facto assume especial gravidade, não podendo deixar de suscitar dúvidas e inquietações de que aqui fazemos eco.

Representa, aliás, e em primeira linha, uma injustiça gritante contra os funcionários e agentes abrangidos que viram os seus rendimentos diminuídos quando, afinal, tais verbas não conheceram o destino

que a lei impunha, antes sofrendo uma utilização que nada permitia. No fundo, os funcionários pagaram o imposto, mas a Câmara, não se sabe ao abrigo de que critério, reteve tais verbas, como se fossem suas.

As próprias razões de imperioso interesse público, argumentadas pelo Tribunal Constitucional, para justificar a lesão das expectativas e direitos dos contribuintes, consubstanciada na retroactividade da Lei n.º 37/83, deixam aqui de ter cabimento, já que a verba resultante da cobrança do imposto conheceu um fim totalmente diverso daquele que a lei prescrevia.

Ao não ter feito tal entrega, a Câmara viola, inclusivamente, os interesses dos municípios, já que tal incumprimento dos prazos poderá acarretar, ou, melhor dizendo, deverá acarretar as sanções previstas no artigo 6.º Efeitos a suportar, certamente, pelo orçamento camarário.

Em devido tempo, nos pronunciámos quanto à injustiça da lei em apreço. Mas, votada nesta Câmara, apreciada pelo Tribunal Constitucional e promulgada pelo Presidente da República, estamos perante uma lei da República. E as leis não podem deixar de ser cumpridas, sob pena de estar em causa a própria dignidade e autoridade do Estado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Aceitar tal estado de coisas, e para mais da responsabilidade de um órgão da Administração, é contribuir para a institucionalização da impunidade, para a consagração da irresponsabilidade, para a admissão de um clima em que tudo é possível, para além das leis e da própria legitimidade democrática.

A situação descrita, pela gravidade que assume, impõe que seja objecto de um cabal esclarecimento, pelo que nesta data apresentamos um requerimento no sentido de obter todas as informações necessárias, bem como para indagar junto dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças, enquanto departamentos com poder tutelar, quais os mecanismos que prevêem activar para efeito de apuramento de eventuais responsabilidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além da questão do imposto extraordinário, e ainda no âmbito da mesma Câmara Municipal, outra grave irregularidade vem sendo denunciada pela imprensa regional e nacional, mais concretamente a retenção pelo município de aproximadamente 30 000 contos, respeitantes a verbas descontadas aos funcionários e agentes para entrega na Caixa Geral de Aposentações, em conformidade com o regime instituído pelos Decretos-Leis n.ºs 498/72, de 9 de Dezembro, e 191-A/79, de 25 de Junho.

Também aqui são invocáveis os argumentos já expendidos quanto a flagrante ilegalidade e a lesão injustificada dos interesses dos funcionários e agentes da autarquia.

Convém esclarecer, aliás, que a não entrega de tais quantias, descontadas nos vencimentos e salários, vem impedindo o deferimento por parte da Caixa Geral de Aposentações da pretensão de vários interessados que, pretendendo aposentar-se, e a isso tendo direito após uma carreira de anos e anos de prestação de serviço, não podem ver concretizada tal pretensão em resultado da ilegalidade cometida pela Câmara Municipal.

Nesta mesma data é presente aos Srs. Ministros das Finanças e da Administração Interna um requerimento

indagando quais os exactos contornos do débito da Câmara Municipal de Setúbal à Caixa Geral de Aposentações, bem como se se verificam débitos quanto ao Montepio e à ADSE, de igual modo se questionando se estão em estudo quaisquer medidas que permitam ultrapassar, em tempo útil, tal situação, garantindo, nomeadamente, os interesses dos funcionários e agentes e apurando as responsabilidades decorrentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: São postos em causa, com os factos enunciados, princípios básicos que a nenhum preço podem ser silenciados.

De um ponto de vista estritamente político, o que se passa é o resultado de uma gestão municipal desastrosa, da responsabilidade de um executivo maioritariamente APU. Não é esta, todavia, a sede própria para aprofundar tal perspectiva.

Gostaria, apesar de tudo, de formular duas curtas questões.

Onde está aqui a tão propalada eficiência e competência da gestão autárquica do Partido Comunista? E não corresponde tipicamente à situação descrita, sendo o Partido Comunista a entidade patronal, ao equacionar de dificuldades de gestão, à custa dos direitos e dos legítimos interesses dos trabalhadores?

Assim se aquilata, na prática e face ao concreto, da consistência de certos mitos com que o Partido Comunista, permanentemente, tenta intoxicar a opinião pública.

Para terminar, uma nota de estranheza. É que, a nível do Ministério da Administração Interna, constata-se uma atitude diversa quanto às várias câmaras municipais, evidenciando propósitos quase persecutórios quanto a câmaras geridas pelo CDS, que até já são anunciados por membros do Governo em reuniões de índole partidária e silenciando e desconhecendo situações como as que abordei, apesar de serem conhecidas e até terem já merecido tratamento em órgãos de comunicação social.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Jorge Goes, ficam inscritos para a próxima sessão, visto hoje isso já não ser possível por estarmos já num período de prolongamento do período de antes da ordem do dia, os Srs. Deputados Cardoso Ferreira, João Amaral e Alberto Avelino.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É como jovem e como viseense que vou fazer a minha primeira intervenção no Plenário da Assembleia da República. Faço-o como jovem, pois é absolutamente indispensável que a voz da juventude portuguesa nunca se cale dentro deste Hemiciclo, pugnando por aquilo que são os seus anseios e as suas necessidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Fá-lo-ei ainda como viseense, pois é fundamental que a terra onde nasci seja sempre lembrada junto dos órgãos de poder político.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É assim para vários problemas que afectam o meu distrito e, consequentemente, a sua juventude que passarei a chamar a vossa atenção e, através de todos vós, a atenção do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar de todo o progresso registado no período mais recente da sua história, sobretudo a partir de 1979, o distrito de Viseu encontra-se ainda bastante longe daquilo que podemos chamar desenvolvimento. Realmente, se alguma evolução se tem verificado, ela não será ainda suficiente para dar a esta região do País infra-estruturas capazes para permitirem a fixação das populações, proporcionando a sua plena realização.

Falta assim muito em Viseu para que os seus jovens não sejam obrigados a migrar desde cedo quer para as zonas urbanas litorais, quer mesmo para o estrangeiro, para garantirem o seu sustento e poderem, desafortunadamente, vir a constituir a família a que têm direito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porém, se os problemas são muitos, é sobretudo acerca dos sectores da educação e da rede das estradas que hoje me debruçarei.

A educação é um meio fundamental para o desenvolvimento das populações, contribuindo decisivamente para a formação e a inserção social do homem. Neste capítulo, hoje em dia, a escola assume assim um papel fundamental, sendo um dever do Estado apoiar e promover o seu desenvolvimento no sentido de a tornar o mais acolhedora possível.

Desta forma, o incremento da rede escolar é fundamental, verificando-se no distrito de Viseu que, a todos os níveis de ensino, muitos estabelecimentos faltam ou se encontram por vezes em adiantado estado de degradação.

Porém, é importante que se faça justiça à obra feita nesta região pelos governos vigentes no período compreendido entre 1979 e 1982, da qual é exemplo a construção de novas escolas secundárias em Castro Daire, Nelas, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Sátão e Abraveses e preparatórias em Lamego, Canas de Senhorim, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Mortágua e Viseu.

Tal esforço governamental, em apoio claro às autarquias locais, é ainda mais expressivo ao nível da educação pré-escolar, verificando-se que, se, em 1979, apenas existiam no distrito 15 destes estabelecimentos, o seu número, em 1982, atingiu os 250.

Como beirão e viseense, sou assim obrigado a manifestar claramente o meu mais veemente reconhecimento público aos responsáveis por tal acção, cuja importância jamais será esquecida em Viseu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Espero, simplesmente, que o actual Governo saiba dar continuidade a tal actividade, dando resposta aos tão apregoados custos de interioridade.

Julgamos assim fundamental que, o mais rapidamente possível, sejam resolvidos alguns problemas que ainda possuímos no âmbito dos ensinos preparatório e secundário.

De entre estes, não será de mais destacar a necessidade de promover, a curto prazo, o lançamento de

escolas secundárias em sedes de concelho extremamente carenciadas a esse nível, como sejam as de Resende, Vouzela, Mortágua, Penalva do Castelo, Lamego e Tondela, além de novas preparatórias em Cinfães, Tabuaço e na área do concelho de Tondela.

Para além disto, será sempre bom lembrar que Viseu é um distrito em que o ensino superior quase não existe, limitando-se a uma secção da Universidade Católica e à Escola Superior de Educação.

A instalação de novas escolas superiores neste distrito que se destinem fundamentalmente à formação de técnicos especializados em áreas variadas das quais nos cumpre destacar, pela sua importância específica, a agricultura, é uma reivindicação cada vez mais actual das populações viseenses.

É assim bom que fique claro perante esta Câmara que os deputados sociais-democratas viseenses nunca baixarão os braços na luta pela satisfação das necessidades mais elementares daqueles que representam. E, se hoje a concretização dos nossos anseios pode ser posta em causa pela crise que o País atravessa, ficamos à espera que o Governo possa, num futuro próximo, dar passos decisivos no sentido da resolução dos problemas dos viseenses e das gentes do martirizado interior.

Porém, se a área educacional é importante factor de progresso, as estradas não o são menos, em Viseu como em qualquer outro local do País.

Votado ao abandono durante anos e anos, encontramos, após o 25 de Abril, o distrito de Viseu coberto por uma deficientíssima rede de comunicações, encontrando-se inúmeras localidades servidas unicamente por simples «picadas» de terra batida, enquanto muitas outras nem sequer isso possuíam, estando completamente isoladas.

Foi assim com este triste cenário que os nossos autarcas, livremente eleitos pela primeira vez em 1976, depararam, lançando então mãos à obra que neste sector se traduziu na cobertura e pavimentação de centenas de quilómetros através de terrenos duros e agrestes, caracteristicamente serranos.

Também aqui o apoio governamental é fundamental e, se já alguma coisa foi feita, muito há, porém, a realizar.

Do que foi feito, poderemos atribuir especial saliência ao lançamento da via rápida Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, da qual foi já concluído o troço Prime-Mangualde, além dos melhoramentos da ligação, em via rápida, Viseu-Figueira da Foz, obra de que se encontra já terminado o lanço Rojão Grande-Chamadouro, encontrando-se a variante de Tondela em fase de acabamento.

Porém, a conclusão destes dois grandes itinerários principais urge, tendo em consideração a sua especial importância no quadro da adesão à CEE. Os troços Mangualde-Fornos, Albergaria-Viseu e as variantes de Viseu e de Fail serão obras por que ficamos ansiosamente à espera, aguardando assim a resposta devida a várias promessas governamentais.

O Sr. Portugal da Fonseca (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas, não se limitam a estas duas vias rápidas as nossas reivindicações. Outros itinerários são por nós hoje considerados essenciais para o afa-

tamento da letargia e do subdesenvolvimento do distrito de Viseu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De entre estes, poderei, numa primeira análise, destacar a necessidade da abertura de novas ligações entre a Régua e Reconcos, São João de Târouca e Touro, Resende e Biborne, Lamego e Tabuaço, além da indispensável rectificação e pavimentação da estrada que hoje liga Resende, Cinfães, Castelo de Paiva e Entre-os-Rios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Temos plena consciência que tais obras se afiguram absolutamente indispensáveis, não estando nós dispostos a continuar a ver as regiões do interior isoladas do progresso e do desenvolvimento, proporcionando-se, deste modo, a existência no seio das suas populações de limitações culturais que marcam sobre tudo os mais jovens.

Como deputado de um dos partidos que presentemente dividem as responsabilidades do poder, sei que muitas dificuldades se levantam para que o cenário que tentei retratar possa ser superado. Mas, porque acredito que este Governo possa fazer muito do que referi, aqui deixo este apelo que, espero, não se dilua na amplitude desta Sala.

Pela minha parte, uma certeza: nem eu nem os sociais-democratas viseenses baixaremos os braços na luta pelo nosso distrito. A nossa voz nunca se calará dentro e fora deste Hemiciclo. Saberemos continuar a apoiar este Governo, mas sem nunca pôr de parte a componente mais rica da nossa filosofia política — a crítica consciente e construtiva.

Hoje, o povo português, mais do que palavras, precisa de actos, de obras, de realizações.

Os jovens, sobretudo, necessitam que lhes provemos que somos capazes de lhes preparar o futuro com senso e com verdade.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não lhes podemos dar simplesmente demagogia, pois eles já não a aceitam. É necessário, hoje mais do que nunca, dar resposta às necessidades dos jovens. É preciso criar condições de desenvolvimento que propiciem o seu empenhamento social, fixando-os ao território nacional e evitando que dele definitivamente se afastem.

Os jovens de Viseu, tais como quaisquer outros, têm de ser apoiados. Os seus objectivos são hoje bem claros! Cultura, emprego, habitação, objecção de consciência e redução do serviço militar são os seus grandes anseios ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Saibamos dar-lhes uma resposta, sob pena de, em contrário, correremos sérios riscos de sermos os causadores de um agravamento do já tão latente conflito de gerações.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado José Cesário, ficam inscritos para a próxima sessão os Srs. Deputados João Abrantes, Portugal da Fonseca e Figueiredo Lopes.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queríamos aproveitar os 5 minutos de que dispomos neste período de prolongamento do período de antes da ordem do dia para dar conhecimento à Câmara das preocupações que nos foram manifestadas por dois sectores de actividade: um no âmbito do Ministério da Qualidade de Vida, outro, no do Ministério da Educação.

O primeiro trata do problema com que actualmente estão confrontados os trabalhadores dos organismos desportivos de carácter não governamental.

Como os Srs. Deputados estarão recordados, quando a Assembleia da República elaborou a lei orgânica da Direcção-Geral dos Desportos, fixou ao Governo um determinado prazo para que elaborasse uma lei de bases que estabelecesse as relações entre as competências do Estado e os organismos desportivos não governamentais. Já se passaram praticamente 6 anos e esse diploma continua por elaborar!

A sua não existência tem significado, para os trabalhadores dos organismos desportivos não governamentais, a inexistência de qualquer tipo de enquadramento legal para a sua actividade, a indefinição das suas carreiras profissionais e, em matéria de vencimentos, esses trabalhadores têm visto os seus direitos e interesses postergados e não realizados. Verifica-se actualmente que estes trabalhadores não têm a sua tabela salarial revista, repensada, desde Janeiro de 1982.

A razão por que trago neste momento a esta Assembleia o problema em causa é porque tomámos conhecimento de que esses trabalhadores, pela inexistência de medidas concretas por parte do Governo com vista à resolução dos seus problemas, decidiram encetar um conjunto de formas de luta que começa pela laboração contínua por um período de 24 horas, em cada dia, até à greve de fome, que terá início em 15 de Fevereiro do corrente ano.

Trata-se de um problema que penso, e a minha bancada entende, que a Assembleia da República não pode ignorar.

Tem também a ver com a falta de eficácia que o Governo tem a responder aos requerimentos dos deputados, uma vez que, pela nossa parte, já questionámos o Governo sobre esta matéria 4 ou 5 vezes no espaço de 2 anos e até hoje continuamos sem receber qualquer resposta.

Em segundo lugar, aproveito esta oportunidade para trazer à Assembleia o problema que tem vindo a ser levantado pelos actuais orientadores escolares e profissionais.

Como os Srs. Deputados sabem, os actuais orientadores escolares e profissionais são recrutados de entre professores profissionalizados e licenciados e fazem depois disso um curso de formação no Instituto de Orientação Profissional (IOP), Instituto que depende da Secretaria de Estado do Ensino Secundário, curso esse que dura 3 anos, sendo 2 de aulas teóricas e práticas e 1 de estágio.

Verifica-se actualmente que por despacho conjunto dos Srs. Ministros da Educação e do Trabalho e da Segurança Social se pretende ignorar toda a experiência e toda a prática em termos de apoio escolar e profissional que esses profissionais formados pelo IOP têm dado aos nossos estudantes e repensar de novo, criando uma estrutura paralela, toda a questão de apoio e orientação escolar e profissional.

Não estamos contra, logicamente, que se repense toda a matéria. O que estamos contra — e é esse o sentido da nossa intervenção — é que se pretenda ignorar a experiência já adquirida por profissionais qualificados e lançar uma nova estrutura baseada em profissionais a quem não negamos o mérito, mas que certamente não têm nenhuma experiência.

Queríamos ainda erguer a nossa voz contra o facto de estar previsto, a nível dos trabalhos dessa Comissão criada pelo despacho ministerial a que aludi, o facto de obrigar os actuais orientadores escolares e profissionais a frequentarem cursos de reciclagem, ou seja, pretender ensinar aos detentores de experiência vivida, com o estágio já feito, matérias que eles já dominam completamente.

Penso também que esta intervenção não pode deixar de referir a preocupação que outros sectores da Assembleia já manifestaram sobre o problema, designadamente, deputados do PS que questionaram o Ministério da Educação sobre esta matéria.

Aproveitamos a oportunidade para nos associarmos às perguntas que então foram colocadas e exigir que o Governo clarifique rapidamente o que pensa fazer face aos justos protestos que nos foram trazidos pelos orientadores escolares e profissionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Como não há mais inscrições, vamos entrar no período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Está em apreciação, para votação, uma proposta de criação da Subcomissão Permanente da Emigração.

Não havendo nenhum Sr. Deputado que pretenda pronunciar-se, vamos proceder à votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Temos ainda para discussão uma proposta de criação da Subcomissão Permanente para análise da problemática da regionalização da Educação.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Vamos entrar na segunda parte dos trabalhos da ordem do dia de que consta a apreciação da proposta de lei n.º 53/III, que autoriza o Governo, através do Ministro das Finanças e do Plano, a celebrar com o Fonds de Rétablissement du

Conseil de L'Europe contratos de empréstimo em moeda estrangeira de valor correspondente a 100 000 000 de dólares.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro** (António de Almeida): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um esclarecimento muito breve sobre esta proposta de lei.

O empréstimo em causa é aquele que se insere num programa de apoio do Fundo do Conselho da Europa a Portugal.

Este empréstimo de 100 milhões de dólares divide-se em 2 parcelas quanto à sua aplicação: uma parcela de 60 milhões de dólares, que será aplicada em acções de reconstrução de zonas devastadas pelas inundações de Novembro de 1983 e uma parcela de 40 milhões de dólares para aplicar no acabamento de fogos de contratos de desenvolvimento para habitação e de fogos de um programa de promoção directa à habitação.

As condições deste empréstimo são as normais dos empréstimos usualmente realizados pelo Fonds de Rétablissement: o prazo é até 10 anos e os encargos financeiros são os do mercado na data de utilização do empréstimo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, o artigo 2.º da proposta que nos é presente diz concretamente que «trimestralmente o Governo dará conhecimento à Assembleia da República das operações que venha a contratar no âmbito da presente autorização».

Ora, face a isto pergunto que credibilidade pode merecer aos deputados este artigo.

E explico: todos os empréstimos que têm sido obtidos do Fonds de Rétablissement aparecem com este artigo 2.º Até hoje, desde 1976, os deputados continuam à espera que seja cumprido o artigo 2.º de todas as leis.

Poderá dizer-me, Sr. Secretário de Estado do Tesouro, que isso era o que acontecia com os outros governos e que o actual vai respeitar e cumprir este artigo. Mas mesmo nessa perspectiva continuo a perguntar que credibilidade nos pode merecer essa eventual afirmação. É que também a Lei n.º 18/83, de 6 de Setembro, cuja proposta foi da autoria deste Governo, tendo sido também apresentada, se não me falha a memória, pelo Sr. Secretário de Estado, tem um artigo, o artigo 4.º, que é idêntico. Ela foi aprovada em Julho, saiu com data de Setembro e quer se comece a contar o prazo de Setembro para cá ou não já passou mais do que um trimestre. Desta forma continuo a perguntar quando é que é dado cumprimento a esse artigo 4.º da Lei n.º 18/83?

E, nesse sentido também, se esta lei vier a ser aprovada, quando é que será dado cumprimento ao seu artigo 2.º?

Para já, era apenas este o pedido de esclarecimento que queria fazer.

O Sr. **Presidente**: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ruben Raposo.

O Sr. **Ruben Raposo** (ASDI): — Sr. Secretário de Estado do Tesouro, gostaria de lhe colocar 2 questões. A primeira delas tem a ver com um anterior pedido de empréstimo que deu origem à Lei n.º 16/82. Há 2 anos o Governo referiu que dos 100 milhões de dólares que teria pedido como empréstimo, 30 milhões seriam para despesas em termos de realojamento de retornados, outros 30 milhões seriam destinados à reconstrução das zonas devastadas dos Açores, e sobravam 40 milhões que, à data, o Governo não tinha projectos nem ideias muito claras em termos da sua aplicação.

Também constatámos que no memorando que justificava essa proposta de lei, aparecia um saldo de 41,1 milhões de dólares em termos de crédito. Portanto, havia esse saldo favorável à República Portuguesa. Assim, gostaria de saber se se tratava do mesmo valor ou se, pelo contrário, são coisas diferentes.

Na sequência da intervenção que o Sr. Secretário de Estado teve oportunidade de fazer hoje na Câmara, gostaria de lhe formular algumas questões. O Sr. Secretário de Estado não ignora que na proposta de lei do Governo existe um artigo 2.º onde se prevê que o «Governo dará trimestralmente conhecimento à Assembleia das operações do crédito que se venham a realizar no âmbito da presente autorização».

O Governo refere no artigo 1.º da proposta de lei — e o Sr. Secretário de Estado completou isso na sua intervenção — que dos 100 milhões de dólares, se destinariam 60 milhões para recuperar a situação das inundações verificadas em Novembro passado, e 40 milhões seriam empregues em matéria de contrato de habitação social. Mesmo assim, gostaríamos de ter uma ideia mais clara no que diz respeito a esta questão porque a própria Constituição da República, na alínea h) do artigo 164.º exige que a Assembleia da República autorize o Governo a celebrar empréstimos estabelecendo as condições gerais.

Nesse sentido, quais são os termos que se pretendem acordar em matéria de prazos de amortização e taxas de juro? Dos 100 milhões de dólares que se prevê virem a negociar, gostaria de saber se essa quantia seria investida durante o ano em curso ou nos próximos anos, nomeadamente em 1985 e 1986.

Por outro lado, e em termos mais detalhados, quais são os projectos que há em matéria de habitação social?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, desde 1976 que não têm sido fornecidos quaisquer elementos sobre esta questão à Assembleia da República. Procurei saber porque razão assim tem sido. Na verdade, criou-se uma falta de hábito nas direcções-gerais que têm esta obrigação e as informações não são produzidas. Portanto, a única coisa que posso dizer é que dei instruções muito precisas e muito firmes à Direcção-Geral do Tesouro para, de imediato, fornecer à Assembleia da República esses elementos.

Como responsável pela Secretaria de Estado do Tesouro, tenho de reconhecer que, na realidade, não me apercebi dessa falha porque era uma rotina que

não existia desde 1976. Portanto, quanto à credibilidade teremos de aguardar uma ou duas semanas e então, depois, aceitarei as críticas nessa altura.

Em relação a saber se os 41 milhões de dólares são os mesmos de há 2 anos atrás, não lhe sei responder e terei de o averiguar; é um problema de há 2 anos atrás e, portanto, terei de o investigar.

Relativamente ao prazo, às taxas e à utilização do empréstimo, devo dizer que o prazo é de 10 anos e quanto às taxas não é possível neste momento indicar a taxa de juro. Tanto neste como em outros empréstimos não é possível a indicação prévia da taxa de juro porque esta é formada através de um conjunto de moedas que formam o capital que é emprestado. As taxas variam diariamente nos mercados, o Fonds de Rétablissement recolhe estes fundos no mercado de capitais e a taxa de juro é formada no dia da utilização do empréstimo.

Portanto, relativamente a algum empréstimo obtido nestas condições, nenhum Governo poderá indicar *a priori* a taxa de juro. Ela será aquela que for praticada no mercado de capitais no dia da utilização do empréstimo. Pela prática dos empréstimos que têm vindo a ser concedidos pelo Fundo, o que temos a certeza é que nos são aplicadas as taxas de mercado não majoradas por qualquer diferencial.

No que diz respeito à utilização e aos programas de habitação, devo dizer que esta matéria não passa pela Secretaria de Estado do Tesouro. Tenho a responsabilidade pelos aspectos financeiros e pelos aspectos das operações externas, mas não domino os programas concretos de investimento e, portanto, com rigor, não tenho a possibilidade de informar esta Assembleia sobre qual é o calendário de utilização desses montantes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Almerindo Marques.

O Sr. Almerindo Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em função dos elementos que já foram aqui fornecidos pelo Sr. Secretário de Estado e também pelas próprias perguntas feitas pelas diversas bancadas, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata têm para apresentar na Mesa 2 propostas de aditamento ao texto em discussão.

Assim sendo, farei chegar à Mesa os 2 textos.

O Sr. Presidente: — A Mesa aguarda a chegada desses 2 textos, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários de Estado: A proposta de lei que nos é presente não merece da nossa parte reparos em termos dos fins meritórios a que se destina nem das condições que logicamente não podem ser determinadas *a priori*, pelo menos em termos de taxa de juro, mas das condições que normalmente os empréstimos que o Fonds de Rétablissement comporta.

No entanto, é evidente que a razão profunda de o Governo pretender recorrer a este empréstimo — e não vamos falar aqui novamente na fungibilidade da moeda — não é propriamente o avançar com esses fins objectivados pelo Sr. Secretário de Estado. O objectivo

fundamental é o de se obter divisas, moeda estrangeira, para fazer face às crescentes e prementes necessidades que o Governo sente nesse campo.

Também não iremos levantar grandes obstáculos nessa perspectiva, na medida em que julgamos que neste momento é preferível o Governo obter estas divisas do que continuar a vender ouro, continuar a mandar missões à Suíça para tentar vender ouro em condições de mercado perfeitamente incomportáveis ou pelo menos prejudiciais para o País, na medida em que a cotação de ouro está numa fase de baixa bastante acentuada. Aliás, os governos que sempre têm vendido ouro parece que têm tido um «dedinho» especial para escolher os momentos da baixa do ouro nas cotações do mercado internacional para o fazerem.

Por isso, nessa perspectiva, não iremos levantar grandes obstáculos, pois julgamos que, neste momento, apesar de todos os males, é preferível obter este empréstimo de 100 milhões de dólares do que ir vender mais umas toneladas de ouro.

No entanto, gostaríamos que os fins objectivados pelo Sr. Secretário de Estado viessem a ser cumpridos. O Sr. Secretário de Estado referiu que 60 milhões de dólares seriam para aplicar nas obras de reconstrução decorrentes das últimas inundações. Isto, em relação ao câmbio actual dá, em números redondos, qualquer coisa como 8 milhões de contos. Portanto, ficaremos à espera — não nos esqueceremos e, se na devida altura tal não for cumprido, voltaremos ao problema — que desta vez os 8 milhões de contos sejam realmente destinados a este fim de reconstrução dos danos causados pelas últimas inundações.

Esperemos, pois, que, a curto prazo, esses 8 milhões de contos venham a ser concedidos às autarquias locais para fazerem face aos danos causados pelas inundações, e que, mais uma vez, não nos fiquemos nas promessas, que mais uma vez não sejam as câmaras, as autarquias locais a suportarem todos os encargos com essa reconstrução, para além das promessas vagas que o Governo tem feito até à data, e já se passaram vários meses sobre essas inundações.

Finalmente, para além de tudo isto, não podemos dar a aprovação a esta proposta de lei, quer por reticências que já coloquei em relação ao cumprimento do artigo 2.º, quer pela própria debilidade da política económica que tem sido seguida e que obriga o Governo a ter neste momento necessidade premente de obter financiamentos externos. Portanto, por essas razões, pela sua política global em termos económicos e sociais, não poderemos dar a aprovação a esta proposta de lei.

Nesse sentido o PCP vai abster-se aquando da votação.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ruben Raposo.

O Sr. Ruben Raposo (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Solicita o Governo a esta Câmara autorização para realizar empréstimos em moedas estrangeiras até ao contravalor de 100 milhões de dólares com o Fonds de Rétablissement du Conseil de l'Europe.

Desde Julho de 1976, data da adesão de Portugal ao referido Fundo, temos recorrido a financiamentos para desenvolver acções de forte componente social.

No passado, foram a reconstrução de zonas destruídas nos Açores em consequência do sismo de 1980 e as várias acções tendentes à integração dos retornados vindos de África na nossa sociedade e economia.

Hoje, justifica-se com a construção de habitação social, acções de formação e criação de postos de trabalho, ou, no dizer do Sr. Secretário de Estado, com a minoração das dificuldades provocadas pelas inundações e, por outro lado, com os contratos de construção em matéria de habitação social.

Projectos esses que têm forte componente social e que se inserem na possibilidade de a República Portuguesa poder vir a recorrer anualmente a financiamentos do Fonds, no montante de 100 milhões de dólares.

Respondidas que forem as questões que colocamos, diremos que na questão de fundo, não colocamos obstáculos à efectivação deste empréstimo.

Temos votado favoravelmente os vários pedidos de empréstimo em relação ao Fonds de Rétablissement.

Os empréstimos do Fonds têm uma tradição positiva na nossa ajuda financeira externa.

Reconhecemos a necessidade de, em termos nacionais, de diversificar a procura de liquidez de moeda estrangeira.

Por tudo quanto dissemos, iremos votar favoravelmente esta ajuda financeira traduzida na construção de habitação social e na minoração das dificuldades sentidas devido às cheias do passado ano.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado do Tesouro, para que efeito está a pedir a palavra?

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro**: — Para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro**: — Queria pedir um esclarecimento muito breve.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira tem, de facto, boa memória e daqui a uns anos, ou uns meses, vai perguntar em que foram utilizados os 60 milhões de dólares.

A esse propósito queria esclarecer, para não restarem dúvidas, que os 60 milhões de dólares se destinam, na sua grande maioria, a obras de infra-estruturas a levar a cabo pela administração central e não pelas autarquias.

Era só isto que pretendia dizer.

Risos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação na generalidade da proposta de lei n.º 53/III.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI e a abstenção do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora passar à votação na especialidade desta proposta de lei.

Vai ser lido o artigo 1.º

Foi lido. É o seguinte:

ARTIGO 1.º

Fica o Governo, através do Ministro das Finanças e do Plano, autorizado a celebrar com o Fonds de Rétablissement du Conseil de l'Europe contratos de empréstimo denominados numa ou várias moedas estrangeiras até ao contravalor de 100 000 000 de dólares destinados à construção de habitações sociais, acções de formação, criação de postos de trabalho e financiamento de outros projectos que se enquadrem nos objectivos estatutários daquele organismo.

Está em discussão.

Pausa.

Uma vez que não há inscrições para pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI e a abstenção do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe uma proposta de aditamento ao artigo 1.º, subscrita por deputados do PS e do PSD.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Almerindo Marques para ler o texto da proposta.

O Sr. **Almerindo Marques (PS)**: — Srs. Deputados, vou ler o texto na parte que diz respeito à adenda. É o seguinte:

A seguir a «outros projectos», acrescentar «designadamente o apoio a pequenas e médias empresas no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Interior, a concretizar pelo IAPMEI», que se enquadram nos objectivos estatutários daquele organismo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em discussão a proposta que acabou de ser lida.

Pausa.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI e a abstenção do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira (PCP)**: — Srs. Deputados, pedi a palavra para uma brevíssima declaração de voto sobre a nossa apreciação relativamente a este aditamento, não porque estejamos contra o princípio que levou à apresentação desta proposta de aditamento — que nos parece absolutamente correcta —, mas pelas razões globais que há pouco explicámos e que justificaram a nossa abstenção no artigo 1.º desta proposta de lei.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em discussão o artigo 2.º da proposta.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Era o seguinte:

ARTIGO 2.º

Trimestralmente, o Governo dará conhecimento à Assembleia da República das operações que venha a contratar no âmbito da presente autorização.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há uma proposta do aditamento de um novo artigo, cujo texto é o seguinte:

ARTIGO 3.º

A celebração dos contratos de empréstimo referidos no artigo 1.º obedecerá, no que respeita a prazo, taxa de juro e restantes encargos, às condições correntemente praticadas pelo Fonds de Rétablissement du Conseil de l'Europe.

Está em discussão.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI e a abstenção do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos proceder agora à votação final global da proposta de lei n.º 53/III.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS, da UEDS e da ASDI e a abstenção do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não tenho notícia de que tivesse dado entrada na Mesa qualquer expediente.

A nossa próxima reunião plenária está marcada para o dia 7 de Fevereiro, pelas 15 horas, com período de antes da ordem do dia e período de ordem do dia.

No período da ordem do dia será apreciado o projecto de lei n.º 85/III, apresentado pelo CDS, respeitante ao património cultural português.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

José Barroso Mota.
José Carlos Pinto Basto Torres.
Manuel Laranjeira Vaz.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Amadeu Vasconcelos Matias.
José Vargas Bulcão.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Mariana Santos Calhau Perdigão.
Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.

Partido Comunista Português (PCP):

Joaquim António Miranda da Silva.
Joaquim Gomes dos Santos.
Manuel Rogério de Sousa Brito.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
Manuel Tomás Rodrigues Queirós.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
Alexandre Monteiro António.
António da Costa.
António Gonçalves Janeiro.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Augusto Coelho Pires.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Francisco Lima Monteiro.
João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
Jorge Alberto Santos Correia.
José de Almeida Valente.
José António Borja S. dos Reis Borges.
José Augusto Fillol Guimarães.
José Joaquim Pita Guerreiro.
José Luís do Amaral Nunes.
José Luís Diogo Preza.
José Manuel Torres Couto.
Leonel de Sousa Fadigas.
Luís Silvério Gonçalves Saias.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Alfredo Tito de Morais.
Maria Margarida Ferreira Marques.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Nascimento Machado Lourenço.
António Roleira Marinho.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Fernando José da Costa.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Maurício Fernando Salgueiro.
João Pedro de Barros.
Joaquim Eduardo Gomes.
Manuel António Araújo dos Santos.
Manuel Ferreira Martins.
Manuel Pereira.

Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rogério da Conceição Serafim Martins.
 Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.
 Victor Pereira Crespo.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Luísa Mesquita Cachado.
 Mariana Grou Lanita.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes Almeida.
 Francisco António Lucas Pires.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João Lopes Porto.
 José António de Morais Sarmento Moniz.
 José Vieira de Carvalho.

**Movimento Democrático Português (MDP/
 CDE):**

João Cerveira Corredor da Fonseca.

**Agrupamento Parlamentar da União da
 Esquerda para a Democracia Socialista
 (UEDS):**

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
 Octávio Ribeiro da Cunha.

**Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos
 enviado à Mesa para publicação**

Em reunião realizada no dia 3 de Fevereiro de 1984, pelas 10 horas e 30 minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Rogério da Conceição Serafim Martins (círculo eleitoral de Lisboa) por Luís António Pires Baptista (esta substituição é pedida para os

próximos dias 7 a 14 de Fevereiro corrente, inclusive);

2) Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Joaquim Rocha dos Santos (círculo eleitoral do Porto) por Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira (esta substituição é pedida para o dia 3 de Fevereiro corrente).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Presidente, *António Cândido Miranda Macedo* (PS) — Vice-Presidente, *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — Secretário, *Armando Domingos Lima Ribeiro de Oliveira* (CDS) — *Carlos Cardoso Lage* (PS) — *Manuel Fontes Orvalho* (PS) — *José Maria Roque Lino* (PS) — *Adérito Manuel Soares Campos* (PSD) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Fernando José da Costa* (PSD) — *Maria Margarida Salema Moura Ribeiro* (PSD) — *José Manuel Mendes* (PCP) — *João António Gonçalves do Amaral* (PCP) — *Jorge Manuel Abreu de Lemos* (PCP) — *Luís Filipe Paes Beiroco* (CDS) — *Manuel António de Almeida de A. Vasconcelos* (CDS) — *António Taborda* (MDP/CDE) — *César Oliveira* (UEDS) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (ASDI).

A Redactora, *Cacilda Nordeste*.